

REVENDO A HISTÓRIA DA ORTOGRAFIA DO PORTUGUÊS: EM BUSCA DA SIMPLIFICAÇÃO

Ana Paula Araujo Silva (Escola Naval)
anap.araujos@uol.com.br

Sistema [ortográfico] perfeito e que nunca desse margem a dúvidas seria na verdade impossível, ainda que as convenções ortográficas pertençam ao rol das que podem ser alteradas à vontade.

(MONTEIRO, 1954, p.10)

1. *Palavras iniciais*

Em 16 de dezembro de 1990, representantes de Portugal, do Brasil e de cinco países africanos lusófonos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) assinaram o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, com posterior adesão do Timor-Leste. O intuito do Acordo é unificar as duas ortografias oficiais do português e aumentar o prestígio internacional do idioma. No Brasil, o Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, determina a implementação do novo Acordo a partir de 1º de janeiro de 2009, permitindo a coexistência da nova norma e da antiga até 31 de dezembro de 2012 (período de transição). Em 27 de dezembro de 2012, entretanto, o Decreto nº 7.875 adiou a vigência obrigatória do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa para 1º de janeiro de 2016, reacendendo as discussões sobre as mudanças estabelecidas pelo Acordo e sobre a busca pela simplificação ortográfica. O objetivo deste artigo é rever brevemente a história da ortografia portuguesa, abordando seus períodos, reformas e acordos.

A história da ortografia portuguesa pode ser dividida em três períodos. O primeiro, denominado *fonético*, começa com o aparecimento dos primeiros textos escritos em língua portuguesa, no século XII, e vai até meados do século XVI; o segundo, cha-

mado de *pseudoetimológico*, estende-se do século XVI até o início do século XX; e o terceiro, conhecido como *histórico-científico* ou *simplificado*, inicia-se em 1911²⁸, com a reforma ortográfica em Portugal.

2. *Período fonético*

O *período fonético* coincide com a fase arcaica da língua portuguesa e caracteriza-se pela tentativa de escrever as palavras em harmonia com sua pronúncia. Havia falta de sistematização e até de coerência, já que o mesmo sinal gráfico era usado, às vezes, com valores diferentes. O *h*, por exemplo, podia indicar a tonicidade da vogal (*he = é*), marcar a existência de um hiato (*trahedor = traidor; cahir = cair*), substituir o *i* (*sabha = sabia*) ou ainda figurar sem função definida (*hobra = obra; honde = onde*). Além disso, uma mesma palavra aparecia grafada de maneira distintas (*havia ou avia; hidade, idade ou ydade; hoje, oje ou oye*).

Apesar das vacilações, a *simplicidade* e, principalmente, o *sentimento fonético* estavam presentes na grafia do português arcaico.

3. *Período pseudoetimológico*

O *período pseudoetimológico* tem início no Renascimento e caracteriza-se pela preocupação com a etimologia, com a origem das palavras, e pela tendência a aproximar a grafia portuguesa da latina.

O humanismo renascentista trouxe o eruditismo, a pretensão de imitar os clássicos gregos e latinos. Dentro desse espírito, tornaram-se correntes as grafias com *ch* (= [k]), *ph*, *rh*, *th* e *y* em palavras do grego ou de suposta origem grega (*chimica, pharmacia*,

²⁸ Alguns autores preferem considerar que o período *histórico-científico* ou *simplificado* começa em 1904, com a publicação da obra *Ortografia nacional*, de Gonçalves Viana (cf. COUTINHO, 2004, p. 72; HENRIQUES, 2009, p. 1; MELO, 1975, p. 232).

rheumatismo, teatro, martyr), o emprego de *ct, gm, gn, mn* e *mpt* nas palavras de origem latina (*fructo, aumento, digno, damno, prompto*) e a duplicação das consoantes intervocálicas (*aproximar, abbade, bocca*), que se haviam reduzido a simples na evolução do idioma. Muitas grafias da época eram equivocadas, contrariando a etimologia e a evolução da língua – motivo pelo qual o segundo período da ortografia portuguesa é denominado *pseudo-etimológico*. A palavra *tesoura*, por exemplo, aparecia como *thesoura*, por sugestão de *thesaurus* > *tesouro*, quando o étimo é *ton-soria*.

A ortografia assumiu grande importância no período *pseudo-etimológico*. Diversos autores, a exemplo de Pero de Magalhães Gândavo, Duarte Nunes de Leão, Álvaro Ferreira de Vera, João Franco Barreto, João de Moraes Madureira Feijó e Luís de Monte Carmelo, publicaram obras sobre o assunto. Nem todos concordavam com as novas grafias, mas as críticas não eram atendidas. Sob o pretexto de uma ortografia etimológica, acentuavam-se a falta de uniformidade na grafia e o desacordo entre a língua falada e a escrita – cada escritor tinha suas ideias e sua maneira de ortografar. Assim, a grafia das palavras complicava-se e multiplicava-se.

4. Período histórico-científico ou simplificado

O período *histórico-científico* ou *simplificado* é marcado pelo desejo de normatizar e simplificar a grafia das palavras, aproximando as normas ortográficas de Portugal e do Brasil e, mais recentemente, de todos os países de língua portuguesa. É o período das reformas e dos acordos ortográficos. O sistema simplificado busca orientar-se pela pronúncia, assim como o sistema fonético, mas leva em conta também a etimologia.

A partir de 1868, graças aos estudos de Adolfo Coelho, tornou-se possível enfrentar, com base científica, o problema da ortografia portuguesa. No entanto, o grande renovador foi Gonçalves Viana, que publicou, em 1904, a obra *Ortografia nacional*, ponto de partida para passos posteriores rumo à simplificação da ortogra-

fia. Os princípios de Gonçalves Viana, originalmente propostos em 1885²⁹, eram os seguintes:

- 1) proscrição absoluta e incondicional de todos os símbolos de etimologia grega: *th*, *ph*, *ch* (= [k]), *rh* e *y*;
- 2) redução das consoantes dobradas a singelas, com exceção de *rr* e *ss* mediais, que têm valores peculiares;
- 3) eliminação de consoantes nulas que não influam na pronúncia da vogal precedente;
- 4) regularização da acentuação gráfica.

Diante da repercussão da obra *Ortografia nacional*, o governo português nomeou, em 1911, uma comissão para estudar as bases da reforma ortográfica. A comissão, integrada por notáveis filólogos portugueses (Gonçalves Viana, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Júlio Moreira, José Joaquim Nunes, entre outros), propôs a adoção do sistema de Gonçalves Viana, com pequenas alterações. A “nova ortografia” foi oficializada em setembro de 1911 pelo governo português.

A reforma ortográfica de 1911 não foi precedida de contatos com o Brasil. Somente em 1931, foi assinado um Acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, com base na ortografia oficial portuguesa estabelecida em 1911 e aprovação dos governos de Portugal e do Brasil³⁰. Contribuíram para essa unificação alguns ilustres filólogos brasileiros, entre os quais Antenor Nascentes, Mário Barreto, Silva Ramos e Sousa da Silveira.

Cabe observar que, no Brasil, o primeiro movimento de repercussão em prol da simplificação ortográfica foi anterior à re-

²⁹ Em 1885, Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu publicaram as *Bases da ortografia portuguesa*.

³⁰ Em Portugal, o Acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa foi aprovado e mandado executar pela Portaria nº 7.117, de 27 de maio de 1931. No Brasil, o Decreto nº 20.108/31 admitiu, nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino, a ortografia aprovada pelo Acordo, que deveria ser adotada também em todas as publicações oficiais. Dois anos mais tarde, o Decreto nº 23.028, de 2 de agosto de 1933, tornou obrigatória a nova ortografia.

forma portuguesa de 1911. Em 1907, a partir de uma proposta de Medeiros e Albuquerque, em parte inspirada em Gonçalves Viana, a Academia Brasileira de Letras elaborou um projeto de grafia simplificada da língua, a ser adotada em suas publicações oficiais. Na prática, verificaram-se várias lacunas e falhas, para as quais se propuseram e foram aceitos aditamentos e retoques. Mesmo após diversas mudanças, o sistema ortográfico simplificado da Academia não logrou aceitação pública.

Apesar de o Acordo de 1931 ter sido oficializado, a Constituição brasileira de 1934 determinou a volta da ortografia de 1891. Em 23 de fevereiro de 1938, o Decreto-lei nº 292 restabeleceu oficialmente o Acordo e fixou regras de acentuação gráfica. Em Portugal, algumas bases do Acordo foram modificadas. As divergências entre o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (1940), publicado pela Academia das Ciências de Lisboa, e o *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (1943), da Academia Brasileira de Letras³¹, deixavam claro que o Acordo de 1931 não tinha conseguido promover a unificação da ortografia dos dois países.

Em 1943, firmou-se a Convenção Ortográfica, que retomou, com pequenas alterações, o Acordo de 1931. Dois anos depois, diante das divergências na interpretação de algumas regras ortográficas, delegados das duas Academias reuniram-se na Conferência Interacadêmica de Lisboa. Desse encontro surgiram as “Conclusões Complementares do Acordo de 1931”, cujas modificações foram tantas que praticamente equivaliam a uma nova reforma. Essa proposta, que mais atendia aos hábitos fonéticos e ortográficos lusitanos, foi rejeitada no Brasil, promovendo uma cisão na questão ortográfica do português.

A ortografia de 1945 entrou em vigor em Portugal em 1º de janeiro de 1946³², e a Academia das Ciências de Lisboa publicou o

³¹ Antes de publicar o *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (1943), a Academia Brasileira de Letras aprovou, em 12 de agosto de 1943, o Formulário Ortográfico, um conjunto de instruções para a organização do vocabulário ortográfico (In: ACADEMIA, 2009. p. LXXI-LXXXIV).

³² Em Portugal, o Acordo de 1945 foi aprovado pelo Decreto nº 35.228, de 8 de dezembro de 1945.

Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa em 1947. No Brasil, entretanto, continuou a ser adotada a ortografia de 1943³³, consubstanciada no *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (1943), da Academia Brasileira de Letras.

Em 1971, o Congresso Nacional aprovou pequenas alterações na ortografia, com base no parecer conjunto da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa, exarado a 22 de abril de 1971, segundo o disposto no artigo III da Convenção Ortográfica celebrada a 29 de dezembro de 1943 entre o Brasil e Portugal. As modificações introduzidas pela Lei 5.765, de 18 de dezembro de 1971, foram as seguintes:

- 1) eliminação do acento circunflexo diferencial na letra *e* e na letra *o* da sílaba tônica das palavras homógrafas de outras em que são abertas a letra *e* e a letra *o*, com exceção de *pôde/pode*;
- 2) eliminação do acento indicativo da sílaba subtônica em palavras formadas com o sufixo *-mente* ou com sufixos iniciados por *z* (ex.: *sòmente, cômodamente, cafèzal, pèzinho*);
- 3) abolição do trema nos hiatos átonos (ex.: *vaïdade, saïdade*).

Em 1973, com o Decreto-lei 32, de 6 de fevereiro, Portugal também eliminou o acento grave e o circunflexo usados para assinalar a vogal da sílaba subtônica das palavras com o sufixo *-mente* e com sufixos iniciados por *z*. Com o intuito de diminuir ainda mais as divergências entre as bases de 1943 e de 1945, as duas Academias elaboraram, em 1975, um novo projeto, que não foi aprovado por razões políticas.

³³ O Acordo para a unificação da língua portuguesa, resultante dos trabalhos da Conferência Interacadêmica de Lisboa, chegou a ser aprovado pelo Decreto-lei nº 8.286, de 5 de dezembro de 1945, sendo revogado somente em 21 de outubro de 1955, pela Lei nº 2.623, que restabeleceu oficialmente o sistema ortográfico de 1943. Na prática, entretanto, a Lei de 1955 restaurou uma grafia que nunca tinha deixado de ser usada nos doze anos anteriores (MELO, 1975, p.240).

Em maio de 1986, representantes de Portugal, do Brasil e de países africanos lusófonos reuniram-se, no Rio de Janeiro, com o objetivo de unificar as duas ortografias oficiais do português. O Acordo Ortográfico de 1986, no entanto, foi considerado muito radical e inviabilizado pela reação polêmica contra ele movida, sobretudo em Portugal³⁴. Uma das propostas desse Acordo era a supressão dos acentos nas palavras proparoxítonas e paroxítonas.

Em 1990, representantes de sete países de língua portuguesa oficial (Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) reuniram-se em Lisboa e firmaram um novo Acordo, considerado “mais moderado”. Esse Acordo também foi (e continua sendo) alvo de críticas por, entre outros motivos, apresentar lacunas, imperfeições e incoerências.

Fatos significativos ocorreram desde a assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em 16 de dezembro de 1990. O texto de 1990 estabelecia que o referido Acordo entraria em vigor em 1º de janeiro de 1994, mediante a ratificação de todos os membros, e previa a elaboração, até 1º de janeiro de 1993, “de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas” (ACADEMIA, 2009, p. XIII). Entretanto, com a aprovação de dois Protocolos Modificativos (o primeiro em 1998 e o segundo em 2004), foram retiradas do texto original as datas para início da vigência do Acordo e para elaboração do vocabulário ortográfico comum, bem como a necessidade de ratificação por todos os países, passando a ser suficiente que três membros ratificassem o Acordo para que este entrasse em vigor. Além disso, Timor-Leste tornou-se uma nação independente e passou a integrar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Em 1º de janeiro de 2007, o Acordo entrou em vigor na ordem jurídica internacional, após a ratificação do Acordo Ortográfico e do Segundo Protocolo Modificativo por três países (Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe). Depois de

³⁴ Sugere-se a leitura de *A demanda da ortografia portuguesa*, livro organizado por Castro, Duarte e Leiria (1987).

alguns adiamentos, Portugal ratificou o Segundo Protocolo Modificativo e sancionou o Acordo em 2008. Atualmente, Angola é o único membro da CPLP que ainda não ratificou o Acordo.

No Brasil, o Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, determinou a implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) a partir de 1º de janeiro de 2009 e a coexistência, até 31 de dezembro de 2012 (período de transição), da nova norma e da antiga. Em Portugal, estabeleceu-se um período de transição de 6 anos.

Em 2009, a Academia Brasileira de Letras publicou a quinta edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, que incorpora as Bases do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. A imprensa e as editoras brasileiras logo adotaram a nova ortografia.

A existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa, a lusitana e a brasileira, tem sido considerada prejudicial para a unidade intercontinental do português e sua difusão internacional. A falta de unidade na grafia gera diversos contratempos, como a necessidade de duas versões de documentos oficiais e de duplas traduções técnicas e literárias. Diante desse quadro, os defensores do Acordo acreditam que a unificação da ortografia da língua portuguesa facilitará o processo de intercâmbio cultural, científico e comercial entre as nações que têm o português como língua oficial e ampliará a difusão do idioma e da literatura em língua portuguesa no mundo³⁵. Estima-se que o Acordo resolva 98% das diferenças ortográficas existentes entre o português do Brasil e o de Portugal.³⁶

A incorporação das letras *k*, *w* e *y* ao alfabeto de nossa língua, a supressão do acento (agudo ou circunflexo) em diversas palavras paroxítonas (*ideia*, *jiboia*, *leem*, *voo*, *feiura*, etc.) e a eliminação do trema em palavras portuguesas e aportuguesadas são al-

³⁵ Cabe lembrar que continuarão a existir várias diferenças sintáticas, de vocabulário e de pronúncia.

³⁶ Cf. Anexo II (In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 5 ed. São Paulo: Global, 2009. p. XXXIV).

gumas das mudanças estabelecidas pelo Acordo. Em Portugal e nos países que adotam o sistema ortográfico lusitano, uma das principais mudanças é a supressão das consoantes mudas *c* e *p* das sequências *cc*, *cç*, *ct*, *pc*, *pç* e *pt*. Assim, na grafia lusitana, diversos vocábulos, a exemplo de *accionar*, *director*, *adopção* e *ótimo* passam a ser escritos como na grafia brasileira (*acionar*, *diretor*, *adoção*, *ótimo*).

Um dos pontos polêmicos do Acordo de 1990 é a aceitação de grafias duplas (*cômodo/cómodo*, *gênio/génio*, *fêmur/fémur*, *bebê/bebé*, *amnístia/anístia*, *súbdito/súdito*, *facto/fato*, *assumpção/assunção*, *concepção/conceição* etc.), tendo em vista a divergência e oscilação de pronúncia nos países lusófonos. O princípio da dupla grafia, entretanto, não é algo novo no sistema ortográfico brasileiro. O Formulário Ortográfico de 1943 determina que se registrem duas grafias das palavras que tenham consoantes facultativamente pronunciadas, a exemplo de *contacto e contato*, *secção e seção*, *sinóptico e sinótico*.

Outro ponto polêmico e muito criticado é a falta de clareza nos preceitos do uso do hífen. Apesar de algumas regras terem sido reformuladas de modo mais claro e simples, os trechos relativos ao emprego do hífen estão, de maneira geral, repletos de lacunas e imprecisões. Como determinar, por exemplo, quais locuções estão “consagradas pelo uso” e os compostos “em relação aos quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição”, a fim de pôr em prática as regras reunidas na Base XV do Acordo? Por que escrever *água de cheiro* e *paraquedas* sem hífen, mas mantê-lo em *água-de-colônia* e *para-raios*, por exemplo?

Apesar de ser patente a necessidade de esclarecimento de determinados pontos do Acordo, incluindo a revisão das regras sobre o emprego do hífen, ainda não foram feitas alterações no texto de 1990. Como o Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, estendeu o período de transição no Brasil para até 31 de dezembro de 2015, os debates sobre o Acordo e o desejo de alteração e esclarecimento de algumas regras ortográficas continuam intensos no país.

5. Conclusões

Ao longo deste artigo, vimos que a ortografia portuguesa já passou por diversas mudanças, reformas e acordos em busca da unificação das duas ortografias oficiais do português e da simplificação das regras ortográficas. O Acordo Ortográfico entre Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste pode ser considerado um passo importante para a unificação da ortografia da língua portuguesa e aproximação entre os países lusófonos; porém, suas lacunas e incoerências mostram que ainda não conseguimos alcançar a desejada simplificação da ortografia do português com regras ortográficas mais claras e com menos exceções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Pequeno vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

_____. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1940.

_____. *Vocabulário ortográfico resumido da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1947.

BECHARA, Evanildo. *A nova ortografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês; LEIRIA, Isabel (Org.). *A demanda da ortografia portuguesa*. Lisboa: João Sá da Costa, 1987.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *A nova ortografia: o que muda com o acordo ortográfico*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2009.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1975.

MONTEIRO, Clóvis. *Ortografia da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tip. do Internato do Colégio Pedro II, 1954.

O ADIAMENTO do acordo. *Língua Portuguesa*. São Paulo: Segmento, ano 8, n. 87, jan. 2013, p. 14-16.

SILVA, Ana Paula Araujo. Breve história da ortografia portuguesa: períodos, reformas e acordos. *Revista de Villegagnon*, ano IV, v. 4, 2009, p. 56-61.

VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves. *Ortografia nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Lisboa: Tavares Cardoso, 1904.

_____; ABREU, G. de Vasconcelos. *Bases da ortografia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. Disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/Bases_da_Ortografia_Portuguesa. Acesso em: 20-07-2013.